

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 545 a 551/2011	2
	Atos Legislativos	
	Lei Estadual nº 818/2011	3
	Projeto de Lei Complementar nº 020/2011	3
	Projeto de Lei nº 056/2011	4
	Projeto de Lei nº 057/2011	4
	Proposta de Moção de Pesar nº 019/2011	4
	Ata da 2035ª Sessão Ordinária	4
	Ata da 2030ª Sessão Ordinária na Íntegra	6
Ata da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde	11	

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 545/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JEAN FRANK PADILHA LOBATO**, para a cidade de Salvador-BA, no período de 09.08 a 12.08.2011, aonde o mesmo participará de reunião na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, representando este Parlamento, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 546/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**, para as cidades de Brasília-DF e São Paulo-SP, no período de 10.08 a 12.08.2011, aonde o mesmo participará de reunião juntamente com o Magnífico Reitor

da UFRR na Diretoria de Desporto do Ministério dos Esportes, em Brasília, enquanto que na cidade São Paulo, irá colher subsídios da aplicabilidade do Projeto 2º Tempo, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 547/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**, para o município de Rorainópolis, no período de 12.08 a 15.08.2011, aonde o mesmo realizará visitas e inspeções nas escolas, estradas e vicinais do mencionado município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 548/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **RENATO PERES LORENSI, MARIA HELENA DA SILVA BATISTA, ÉDIO DOS SANTOS DANTAS e MARIA SUELY MENDONÇA DOS SANTOS, Assessores Parlamentar**, para os municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Rorainópolis, no período de 12.08 a 20.08.2011, aonde os mesmos realizarão visitas e inspeções nas escolas, estradas e vicinais dos mencionados municípios, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 549/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento das servidoras **FABÍOLA JANE BERTO RAPOSO, SUELY SILVA e JHENNIFFER JIRRANN MACIEL DE LIMA, Assessoras Parlamentar**, para o município de Rorainópolis, no período de 15.08 a 24.08.2011, aonde as mesmas realizarão visitas e inspeções nas estradas verificando a trafegabilidade das vicinais daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 550/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento das servidoras **LUCILENE DE SOUSA LIMA MENDONÇA DOS SANTOS e PRISCILA SÁ**

DA SILVA, Assessoras Parlamentar, para os municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza, no período de 15.08 a 24.08.2011, aonde as mesmas realizarão visitas e inspeções nas escolas, estradas e vicinais dos mencionados municípios, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 551/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **ELIZA MARIA ALMEIDA DA SILVA, ALE FG-11, CÉLIO DO NASCIMENTO SOARES, AP-1 e CRISTHIAN BRUNO VELA DE AGUIAR, ALE FG-8**, para a cidade de Manaus-AM da Baliza, no período de 11.08 a 20.08.2011, aonde os mesmos estarão visitando o Setor de Compras e o Almoarifado da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

LEI ESTADUAL

LEI Nº 818, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação de servidor, através de processo seletivo, no âmbito do Estado de Roraima, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele, **Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**, nos termos do §4º do art. 43 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Atendendo aos princípios do art. 37, **caput**, da Constituição da República e art. 19 da Constituição do Estado, é vedada à Administração Pública Estadual contratar servidores aprovados em processo seletivo com acumulação indevida de cargo.

Art. 2º Através do Cadastro de Pessoa Física - C.P.F. dos selecionados, será realizado um cruzamento de informações, nos Órgãos da Administração Direta e Indireta, para averiguação da existência de vínculo anterior e, nesse caso, da compatibilidade legal no acúmulo de cargos.

Art. 3º Será responsabilizado o Secretário ou o Diretor do Órgão que venha a contratar servidor selecionado em processo seletivo sem a observância aos princípios constitucionais e de direito administrativo, além dos dispositivos normativos da presente Lei, aplicáveis a matéria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2011.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

PROJETODE LEI COMPLEMENTAR

GABINETE DEPUTADO BRITO BEZERRA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/11

“Autoriza o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar nº 59 de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as alíquotas do ICMS nas operações que indica.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar nº 59, de 28 de dezembro de 1993, passando a vigor com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 32

I -

b) 7% (sete por cento) nas operações internas, para as mercadorias que compõem a cesta básica roraimense, a seguir indicadas (Convênio ICMS nº 128/94), ressalvados os casos em que estas forem isentas: (NR)

1.arroz;

2.feijão;

3.bolachas água e sal; (AC)

4.café moído ou torrado; (AC)

5.açúcar; (AC)

6.farinha e fécula de mandioca;

7.farinha e amido de milho; (AC)

8.farinha de trigo; (AC)

9.macarrão tipo espaguete; (AC)

10.leite em pó integral; (AC)

11.sal de cozinha; (AC)

12.margarina vegetal embalagem até 500g; (AC)

13.óleo comestível de soja; (AC)

14.frutas regionais;

15.hortícolas em estado natural;

16.milho;

17.fubá de milho;

18.ovos;

19.peixes de água doce;

20.frango, em estado natural ou resfriado; (NR)

21.gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino e produtos comestíveis resultantes de sua matança, em estado natural, resfriados ou congelados; (NR)

22.pão de fabricação interna até 200 g; (AC)

23.iorgutes; (AC)

24.sucos naturais ou industrializados; (AC)

25.Achocolatado; (AC)

26.sabão em barra; (AC)

27.sabão em pó; (AC)

28.creme dental; (AC)

29.papel higiênico; (AC)

30.fralda descartável. (AC)

c) 12% (doze por cento) para as seguintes mercadorias: (NR)

1. produtos cerâmicos artesanais;

2. insumos modernos, defensivos agropecuários, bem como ferramentas agrícolas;

d) 17% (dezessete por cento) para as demais mercadorias e serviços; (AC)

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2011.

BRITO BEZERRA

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 155, inciso II, § 2º, XII, alínea “g” dispõe que cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados, bem como a Constituição do Estado de Roraima ao tratar da Política de Incentivos em seu art. 109, parágrafo único, que dispõe que “no que se refere ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, as isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados na forma prevista em Lei Complementar editada com fundamento no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal”.

Essa Lei Complementar Federal é a de nº 24 de 07 de janeiro de 1975 e dispõe que as isenções sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que é o órgão responsável por promover a celebração dos convênios para a concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, em 20 de outubro de 1994 celebrou o Convênio ICMS nº 128/94 dispondo

sobre o tratamento tributário para as operações com as mercadorias que compõe a cesta básica, autorizando os Estados e o Distrito Federal a estabelecerem a carga tributária mínima de 7% (sete por cento) nas saídas internas de tais mercadorias.

Em decorrência desse convênio, vários Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Alagoas, Maranhão e Acre expediram decretos definindo os componentes de suas respectivas cestas básicas, bem como alteraram seus regulamentos de ICMS e reduziram a alíquota dessas mercadorias para 7% (sete por cento) e 12% (doze por cento) em suas operações internas diminuindo, com isso, o alto custo desses produtos para população e, conseqüentemente, aumentando o seu poder de compra.

O Estado de Roraima, na época da celebração do Convênio nº 128/94 não expediu nenhum decreto ratificando ou não a sua adesão no prazo disposto pelo art. 4º da Lei Complementar Federal nº 24/75, o que, segundo esta Lei, importaria em aceitação tácita.

Apesar de não possuir uma definição de quais produtos compõem sua cesta básica, o Estado já adota para alguns produtos que seriam próprios de uma cesta básica padrão como por exemplo, arroz, feijão, farinha de mandioca, ovos, dentre outras, a alíquota de 12% (doze por cento) nas operações internas, conforme o art. 32, I, alínea "b" da Lei nº 59, de 28 de dezembro de 1993 – Código Tributário Estadual, no entanto, para os produtos não constantes no rol do art. 32, I, alínea "b", a alíquota adotada é a de 17% (dezesete por cento).

Diante disso, a presente Proposição visa autorizar o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, do Código Tributário Estadual, aumentando o rol dos produtos que passariam a compor a cesta básica roraimense e para os quais seja concedido a redução da alíquota do icms para 7% (sete por cento) em suas saídas internas, conforme dispõe o Convênio ICMS nº 128/94.

PROJETO DE LEI

GABINETE DO DEPUTADO MECIAS DE JESUS

PROJETO DE LEI Nº 056/11.

Dispõe sobre a comercialização de armas de brinquedo no Estado de Roraima e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada, em todo Estado de Roraima, a comercialização de armas de brinquedo que não possuam cores e formatos distintos das armas verdadeiras.

Art. 2º Não será concedido alvará de funcionamento ou licença para comercialização aos estabelecimentos e camelôs que não cumprirem, rigorosamente, o disposto no artigo anterior.

Art. 3º Aos infratores aplicar-se-ão, em seqüência, as seguintes punições:

I - advertência;

II – multa no valor equivalente a 50 (cinquenta) UFERRs;

III – suspensão, por 30 (trinta) dias, das atividades comerciais; e

IV – cancelamento da licença e encerramento das atividades comerciais.

Art. 4º A fiscalização será realizada pelos órgãos competentes, em nível estadual e municipal.

Art. 5º O presente instrumento normativo será regulamentado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2011.

MECIAS DE JESUS

Deputado Estadual

GABINETE DO DEPUTADO MECIAS DE JESUS

PROJETO DE LEI Nº 057/11.

Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e sistema de vigilância interna e externa, nos estabelecimentos comerciais, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais e de serviços que instalarem sistema de vigilância e monitoramento no interior e exterior de suas dependências, como forma de proteção ao patrimônio e segurança aos clientes, poderão deduzir até 50% (cinquenta por cento) do valor do equipamento do ICMS a ser recolhido ao Estado, durante os dois meses seguintes após sua instalação.

Parágrafo único. Para obter a dedução constante do caput, deverá a empresa informar à Secretaria de Estado da Segurança Pública a aquisição e instalação do equipamento.

Art. 2º Poderão ser solicitadas pelos órgãos de segurança do Estado gravações de imagens das câmeras instaladas em estabelecimentos comerciais e de serviços para elucidar fatos ocorridos naquelas imediações, sem prejudicar o sigilo do trabalho policial nem o estabelecimento cooperador com a segurança pública.

Parágrafo único O fornecimento de tais imagens não implicará na obrigatoriedade de publicidade dos nomes dos fornecedores, nem mesmo divulgação dos pontos de observação que possam existir nas dependências internas ou externas do estabelecimento.

Art. 3º O Serviço de Inteligência e de Investigação das Polícias Civil e Militar cadastrarão os estabelecimentos que adotarem a presente norma, para os fins de obtenção de imagens, em suas atividades de investigação, quando necessárias, para elucidação de fatos de interesse público relevante.

Parágrafo único Em qualquer caso, será preservada a identidade do estabelecimento pelo órgão ou agente policial, que, em revelando, responderá administrativa e criminalmente pelos atos.

Art. 3º As empresas que já tenham instalado o sistema serão alcançadas, de forma análoga, pelas normas da presente Lei.

Art. 4º O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2011.

MECIAS DE JESUS

Deputado Estadual

PROPOSTA DE MOÇÃO

**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 019/11
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA** faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** aos familiares daquele que em vida se chamou **ABDALA FRAXE**, pelo seu falecimento, ocorrido nesta data, na cidade de São Paulo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar à família Fraxe.

A determinação e o otimismo de **ABDALA FRAXE** deixaram-nos uma marca, qual seja sua participação em empreendimentos comerciais no território e no Estado de Roraima.

Fato ainda marcante para todos nós e que merece ser registrado foi seu desejo de concluir um curso superior na área jurídica, o que ocorreu, após seus 70 anos, na Universidade Nilton Lins, na cidade de Manaus - Amazonas.

Registre-se, ainda, sua participação como venerável da Loja Marçônica Liberdade e Progresso e Grão-Mestre da Grande Loja do Estado de Roraima.

Que o arquiteto do universo possa acolhê-lo junto à providência divina com muita luz, paz e harmonia.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2011.

Deputados

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia nove de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício,

Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS**: Memo/ALE/Gab-Gabriel-058/2011, de 04/08/11, do Deputado Gabriel Picanço, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 04/08/11. Proposta de Emenda à Constituição s/nº, de vários deputados, dando nova redação ao §2º do artigo 30 da Constituição do Estado de Roraima. Projeto de Lei s/nº, do Deputado Joaquim Ruiz, dispondo sobre a proibição do uso de capacetes dentro de estabelecimentos comerciais, no Estado de Roraima. Projeto de Lei s/nº, do Deputado Erci de Moraes, dispondo sobre a proibição do uso de equipamentos de comunicação em estabelecimentos bancários e casas lotéricas. Projeto de Lei Complementar s/nº, do Deputado Brito Bezerra, autorizando o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar nº 59, de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as alíquotas do ICMS nas operações que indica. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, “solicitando a colocação de aproximadamente 18 transformadores na estrada Vicinal 01, conhecida como Estrada Tronco, em Campos Novos – Município de Iracema. **EXTERNO**: Ofício Circular nº 015/2011-DIPLE/TCERR, de 02/08/11, encaminhando Cumprimento de Deliberação do TCE-RR. Ofício Circular s/nº, de 13/12/10, do Partido Republicano da Ordem Social, solicitando encaminhar, para conhecimento, o manifesto de apoio ao PROS - Partido Republicano da Ordem Social. Ofício nº 006/2011, de 10/07/11, do Sindicato dos Servidores Não Concursados do Estado de Roraima, comunicando o interesse de participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 18, para tratar das PECs 212/2005 e 516/2011. Of/Gab. Pres nº 187/2011, de 08/08/11, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM/RR, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, referente ao mês de julho de 2011. **GRANDE EXPEDIENTE**: O Senhor Deputado **Flamarion Portela**, inicialmente, deu conhecimento da visita realizada à BR-174, região sul do Estado, juntamente com os Senhores Deputados Gabriel Picanço e Mecias de Jesus, a fim de averiguar as condições de trafegabilidade da estrada. Prosseguindo, informou que já vem, há algum tempo, analisando os contratos de manutenção da BR-174, e externou sua preocupação, ressaltando que a população está apavorada com as péssimas condições de tráfego. Continuando, apresentou os contratos das empresas para reconstrução das BRs 174 e 210, além dos contratos oriundos de recursos do BNDES, para asfaltamento das estradas tronco, programa entre o Governo, a CODESAIMA e a SEINF, ressaltando que existem empresas com contratos para reconstrução de trechos da BR-174 e para a operação tapa-buracos do mesmo trecho. Após, citando o exemplo das empresas Pampulha, que possui cinco contratos com recursos do BNDES, e CONSTRUCON, que foi contemplada com um contrato de mais de cinco milhões para conservação e manutenção do trecho Boa Vista/Caracará, executado recentemente, questionou por que o Governo prioriza um grupo de empresas e não valoriza o trabalho do 6º BEC, que há muito tempo vem prestando relevantes serviços ao Estado de Roraima e continua sem oportunidades, executando obras apenas nos estados vizinhos. De acordo com o Senhor Parlamentar, estão sendo emitidas cinco ordens de serviços para tapar buracos na BR-174 e uma para a BR-210, num total de trinta e dois milhões de reais, enquanto existem contratos no valor de quinhentos e sessenta milhões para refazer a BR-174. Continuando, informou que foi aprovado nesta Casa, um empréstimo junto ao BNDES de um montante de mais de cento e quarenta e cinco milhões de reais para construção de vicinais, onde apenas duas empresas foram contempladas com mais da metade dos recursos, demonstrando que Roraima está sem administração, uma vez que, apesar de estarem sendo repassados todos esses recursos, que totalizam mais de oitocentos milhões de reais, a população continua sem estradas, à mercê da sorte. Finalizando, manifestou sua preocupação com a situação da BR-174, afirmando que não existe nenhuma empresa trabalhando nas estradas, enquanto a população clama por melhores condições de tráfego, para que tenha mais tranquilidade e menos risco de vida. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou informando ter encaminhado ao Governo do Estado uma indicação solicitando a desoneração fiscal do ICMS dos produtos da cesta básica, e que, após seis meses, a Primeira-Dama do Estado informou não ser possível baixar a alíquota do ICMS de dezessete para sete por cento através de um decreto, mas só através de lei. De acordo

com o Senhor Parlamentar, em diversos Estados da Federação onde houve bom senso por parte do Governo em atender às necessidades básicas, sobretudo daqueles mais necessitados, a redução foi concedida através de decreto. Finalizou pedindo o apoio de seus Pares para a aprovação, em regime de urgência, do Projeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a desonerar o ICMS dos itens da cesta básica, ressaltando que, além de o alimento ser um direito constitucional e bíblico, deve-se levar em conta que os programas sociais não estão sendo pagos, o desemprego só aumenta no Estado e a população lamenta por estar passando necessidade. O Senhor Deputado **Coronel Chagas**, referindo-se a sua visita ao Mato Grosso, juntamente com o presidente do grupo técnico de criação dos municípios, Senhor Lindomar, visando buscar subsídios para a criação de novos municípios, informou que esteve reunido com várias lideranças políticas daquele Estado, justificando que sua ida ao Mato Grosso foi a sua vasta experiência em criação de novos municípios. Após, relatou os vários caminhos trilhados pela Assembleia Legislativa daquele Estado, diante dos empecilhos criados pela Emenda Constitucional nº 15, que dispõe sobre a criação de novos municípios, até conseguir, através de um acordo político no Congresso, a aprovação da Emenda Constitucional nº 57, que homologou os atos da criação dos quinze municípios de Mato Grosso, bem como, de vários municípios nos mais diversos Estados da Federação. Dando continuidade, informou que, após a decisão do STF, o Estado do Mato Grosso criou a Associação Matogrossense de Áreas Emancipadas e Anexadas, e estará ingressando com um novo mandato de injunção junto ao Supremo, destacando que, a partir daí, todos os Estados poderão proceder da mesma maneira, e o Governo Federal deverá ditar as regras para a criação desses novos municípios. Prosseguindo, destacou a importância da união de forças de todas as lideranças políticas do País para a questão. Finalizando, sugeriu à Mesa Diretora, bem como, aos Senhores Deputados a possibilidade de se criar a Associação Roraimense de Áreas Emancipadas no Estado, bem como, de se alterar o Regimento Interno, criando uma Comissão Permanente de Revisão Territorial dos Municípios e Cidades do Estado, com o objetivo de ter mais solidez nas ações, sugerindo, também, a realização de uma Audiência Pública, no sentido de debater a criação desses novos municípios. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** iniciou endossando as palavras do Senhor Deputado Flamarion Portela com relação às verbas para a reforma das BRs 174 e 210. Em seguida, fez comentários sobre a visita à BR-174, no último fim de semana, no trecho interdito por caminhoneiros, no intuito de vistoriar as obras e as condições da via, bem como, ouvir as indagações dos participantes do movimento, onde se constatou, segundo o Senhor Deputado, o total abandono por parte do Governo do Estado, que, apesar de ter disponibilizado verbas para sua recuperação, tem dado desculpas, como o longo período de chuvas, para a não realização das obras. Continuando, informou que há um contrato de cerca de um milhão de reais para a manutenção do trecho da BR-174 localizado entre os Municípios de Boa Vista e Caracará, no entanto, conforme o Senhor Parlamentar, essa manutenção deveria ser realizada pela empresa executora da obra, como obrigação, por um período de cinco anos. Finalizou informando que os Deputados Estaduais estarão vigilantes para que essa situação seja resolvida da melhor forma possível, salientando que é o Governador do Estado que detém o comando e os recursos para garantir a melhoria das estradas, da saúde, da educação, bem como, a geração de emprego e a produção para o povo de Roraima. O Senhor Deputado **Jalser Renier** ressaltou a importância da atuação da bancada de oposição no Parlamento, destacando, porém, que o grupo tem se preocupado apenas em tecer críticas, e não alternativas para resolver os problemas do Estado. Reportando-se à BR-174, foi enfático ao afirmar que o Governo vem trabalhando de forma incansável para resolver o problema, ressaltando que, dos quinhentos e sessenta milhões destinados à reconstrução da BR, foram usados apenas oitenta milhões, recursos esses que deverão ser fiscalizados por órgãos competentes da União. Finalizou informando que, após o recadastramento do Vale Alimentação pela SETRABES, o Governo apresentará o Crédito Social, na tentativa de corrigir erros existentes no cadastro do benefício anterior. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** reportou-se à Associação Cultural Canarinhos da Amazônia, que, há 19 anos, dedica-se a atender centenas de crianças de Roraima, oriundas das mais variadas realidades socioeconômicas, a maioria carente e vulnerável aos riscos proporcionados pelo contexto onde vive. Prosseguindo, destacou que a instituição, que oferece aos seus alunos alimentação e atividades de inclusão na sociedade, com o intuito de educá-los para a paz, a fim de

diminuir a violência e aumentar a dignidade, funciona em um prédio alugado e atualmente enfrenta diversos problemas financeiros, devido ao cancelamento de seu contrato com a operadora Tim, bem como, a não liberação do convênio com o Governo do Estado, o qual está tramitando há sete meses. Após, afirmou que, por ter um filho dependente químico, sabe da importância do trabalho que a instituição desenvolve na vida desses jovens e pediu o apoio dos colegas Parlamentares para que intercedam junto ao Governo do Estado para a liberação do convênio, o mais breve possível, propiciando que a instituição possa sanar seus compromissos e continue com esse trabalho social tão importante para o Estado. Finalizando, conclamou seus Pares para que assinem o livro de ouro da instituição, a fim de darem sua colaboração pessoal a tão brilhante projeto, e convidou a todos para assistirem à apresentação do Coral. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente em exercício anunciou para a pauta da Ordem do Dia Requerimento de Pedido de Informação nº 006/11, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, ao Secretário de Fazenda do Estado de Roraima e ao Comandante da Polícia Militar, para que venham a esta Casa prestar informações, em Audiência Pública, sobre procedimentos adotados para pagamento de diárias à PMRR. Prosseguindo, informou que, devido à ausência do autor, a matéria foi transferida para a pauta da próxima Sessão. Em seguida, o Senhor Presidente, suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário, para reunião das Comissões em conjunto. Após a reunião, o Senhor Presidente em exercício reabriu a Sessão, informando não haver matéria para a Ordem do Dia. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** convidou os Senhores Deputados para uma reunião, na sede do PDT, às 18h, com o objetivo de recepcionar o Diretório Nacional do referido Partido, bem como, prestigiar a mudança dos Diretórios Regional e Municipais. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 10, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Sargento Damosiel.**

Aprovada em: 10/08/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2030ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO.

41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia trinta de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para atuar como Primeiro Secretário *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à leitura do Expediente.

EXTERNOS:

- Mensagem Governamental nº 025, de 28/06/11, submetendo à apreciação Projeto de Lei que “Altera dispositivos das Leis nº 120, de 21/12/1995; nº 642, de 04/04/2008; nº 633, de 07/01/08; nº 679, de 19/08/08; nº 498, de 19/07/05; bem como da Lei nº 801, de 12/01/11.”

- Mensagem Governamental nº 026, de 28/06/11, encaminhando

Projeto de Lei Complementar que “Altera a Lei Complementar nº 71, de 18/12/2003, que institui a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima, no dispositivo que menciona.”

- Mensagem Governamental nº 027, de 28/06/11, encaminhando para elevada apreciação o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a transformação da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima e, do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – IDEFER e dá outras providências.”

- Mensagem Governamental nº 028, de 28/06/11, encaminhando para apreciação Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 166, de 16/07/2010, que instituiu a Carreira e o Cargo de Agente Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima.”

- Ofício nº 61/2011, de 09/06/11, da Associação de Servidores Públicos das Regiões Norte e Nordeste, solicitando apoio desta Casa Legislativa para aprovação da PEC 56/99.

- Ofício Circular nº 171/11, de 22/06/11, da Controladoria - Regional da União no Estado de Roraima, convidando para a realização do 1º Encontro Estadual sobre Transparência e Controle Social / Debates Acadêmicos.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à chamada

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Presidente, faço um apelo a Vossa Excelência para que coloque hoje na pauta, visto que há um consenso de todos os Parlamentares, acordado na última reunião, de votarmos a LDO hoje. O Deputado **Jalsner** participou ativamente desse processo, e ficou combinado que nós votaríamos a LDO hoje e, pelo que consta, não está na pauta, não há mais divergência com relação à LDO, todos os problemas que foram levantados, as negociações com a oposição, com os Parlamentares que questionavam alguns itens, tudo foi amplamente debatido, não faz sentido nós não votarmos a LDO, pois estamos cumprindo rigorosamente o nosso calendário. Então, é de fundamental importância que se vote a LDO hoje. Isso é um apelo que eu faço a Presidência da Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Quero apenas reforçar o seu pedido pois realmente foi isso que ficou acordado. Acredito que hoje seria o último prazo para que nós aprovássemos a LDO, e acho que não há justificativa para ficarmos protelando isso, até porque já existe um consenso para votarmos a LDO. Então, quero concordar com Vossa Excelência e, também, pedir a Mesa Diretora que coloque a LDO na pauta para que possamos aprová-la agora, visto que existe um consenso.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. – Um outro problema que vamos encontrar se não votarmos a LDO hoje, será o problema de quorum. Há Deputados com programação para viajarem ao interior, com problemas com as filiações devido a campanha no próximo ano. A maioria dos Deputados já está se programando para ir aos municípios e dificilmente, na terça-feira, nós teremos quorum para votar a LDO, e aí vai criar um problema, pois tudo já está negociado, o que se precisa é colocar a LDO para ser votada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado **Joaquim**, também que me juntar ao pedido de Vossa Excelência, e dos demais Deputados, para apelar à Mesa Diretora. Não podemos ficar nos ajoelhando aqui por causa de um telefonema do Governador. Esta Casa decidiu na segunda-feira, votou em comissão a LDO e decidiu que seria votada em plenário. Depois de um telefonema do Governador, retira-se da pauta da Ordem do Dia de terça-feira e transfere-se sei lá para quando, exatamente para que o Governador encaminhe projetos de leis para esta Casa no apagar das luzes, para que sejam votadas em regime de urgência e para que os Deputados não tenham tempo de analisar e votar a LDO. Isso é colocar o Poder legislativo de joelhos. Não podemos estar afeitos a esse tipo de coisas, não podemos nos submeter a isso. Portanto, quero fazer um apelo à Mesa Diretora para que votemos hoje a LDO antes de qualquer outro projeto que esteja na Ordem do Dia, que sejam retirados todos para votarmos a LDO e, só depois disso, analisarmos e votarmos os projetos que ainda restam na Casa para serem votadas.

É um desrespeito com essa Casa ficarmos até agora aqui. O governo teve tanto tempo para analisar os projetos e encaminha-los para cá, e deixou para encaminhá-la no apagar das luzes para que não analisarmos e não nos manifestar e, ainda mandou projetos usando a Constituição que

reserva um capítulo constitucional apenas para coisas de emergências de fato. Agora, qualquer coisa virou emergência para o governo. O que vai ser usado em 2020, o governo já usa agora como emergência. Isso é um absurdo. Agradeço a Vossa Excelência por me conceder o aparte e faço esse apelo aos nobres Deputados da Mesa Diretora.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por incrível que pareça, hoje dia 30, o governo está enviando quatro projetos para essa Casa, um inclusive, transformando a representação de Brasília em uma Secretaria. Esse projeto esteve aqui há quase dois meses e meio, retornou, e o executivo solicitou de volta simplesmente para fazer uma correção de um texto elementar, talvez de cinco palavras ou menos que isso, ou seja, dois meses e meio para se corrigir algo que se corrige em um segundo. Não há explicação por que tanto tempo demorou a chegar aqui, e está sendo feita a leitura somente hoje.

Então, quero colaborar com Vossa Excelência. Acho que o Parlamento deve ter sua posição. Inclusive, tem seu cronograma regimental de trabalho, tem uma determinação regimental, se for votada a LDO, os nossos trabalhos se encerrariam hoje e não há nenhum motivo para a prorrogação disso e, pelo visto, existem muitos projetos a serem votados, porque só hoje estão chegando mais quatro, fora os que estavam na pauta de terça-feira, deve ter no mínimo 08 ou 09 projetos a serem apreciados. A Assembleia tem que fazer o seu papel? Tem, mais há um cronograma de trabalho e o Executivo sabe disso. Acho que temos que votar a LDO hoje. Se o governo quer aprovar algum projeto, que nos convoque para isso. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** - Senhor Presidente, me senti um pouco na obrigação, como presidente da Comissão de Orçamento, de apartear-lo. A LDO já foi votada na comissão. Ouvei o colega dizendo que ela não está entrando na pauta porque o governador ligou. Eu não recebi nenhum telefonema do Governador, aliás, faz muito tempo que eu não falo com ele. O que eu quero dizer é que não vejo o porquê dessa celeuma. Estamos em pleno funcionamento, hoje não é o último dia de trabalho, quem determina a pauta da ordem do dia é o Presidente. A Mesa Diretora não disse que não irá colocá-la em pauta hoje. Subi junto com o Deputado **Chico Guerra** e ele não me falou que não iria colocar o projeto. Se o governo mandou projetos nas vésperas do término dos trabalhos, quero dizer que desde o meu primeiro mandato, tanto faz, se não votarmos a LDO hoje, pois isso não vai nos impedir de continuarmos trabalhando e apreciando os projetos que vieram para esta Casa, do Poder Executivo.

Então, não vejo o porquê de criarmos uma celeuma aqui entre nós. Se por acaso não estiver na pauta da ordem do dia, na terça-feira o Presidente nos convoca para uma reunião extraordinariamente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Deputado **Célio**, não está havendo celeuma, só estou pedindo que a coloque para votação porque há um consenso de todos os Parlamentares. Em nenhum momento eu disse que havia celeuma, que havia má vontade da presidência, estou pedindo isso porque ficou combinado que hoje seria colocado em discussão aqui.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Deputado queria cumprimentar Vossa Excelência e dizer que o Senhor está com razão. A nossa previsão para hoje, que seria o nosso último dia de Sessão, para podermos entrar em recesso, é preciso que votemos a LDO em decorrência de ter acontecido até o dia 30 de junho essas votações. Muitos dos Deputados já têm compromisso de viagem dente outras coisas. Inclusive, dia 04 haverá o Encontro da UNALE em Brasília e há vários Deputados que irão e, se nós não votarmos, talvez não consigamos o quorum suficiente para que possamos votar a LDO depois. O Deputado **Célio** fala em celeuma. Não há celeuma, é só colocar a LDO aqui para votação, cada um que decida seu voto. É preciso que ela seja colocada para votação. Parabéns a Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** - Deputado **Joaquim**, obrigado pela oportunidade que Vossa Excelência me dar em apartear-lo. Só quero me ater a um quesito apresentado pelo Deputado **Mecias** quando ele fala que não concorda que a Assembleia Legislativa fique de joelhos esperando por uma ligação do Chefe do Poder Executivo. Acho que não era bem isso que o Deputado **Mecias de Jesus** queria dizer, porque ele sabe que não existe subserviência dentro desta Casa, existe um grupo de situação e um de oposição, e o grupo de situação é tão nobre quanto de oposição. Agora, subserviência não está presente na capacidade política de nenhum Parlamentar que representa esta Casa.

Tenho certeza que o Deputado **Mecias** não queria dizer isso. Se falasse isso, deixaria a Mesa Diretora numa situação de subserviência,

e se assim o fosse, os Deputados Estaduais não teriam enfrentado as emendas dentro da LDO, as quais nós estamos enfrentando em benefício da própria posição política de um modo geral no Estado.

Então, não há essa posição da Mesa Diretora com relação a isso, o que há são cronogramas que precisam ser feitos, pois temos algumas resoluções que precisam ser votadas. É o último dia do mês, mas nós temos conhecimento de que os Deputados estaduais só entrarão de recesso após a aprovação da LDO, aprovada numa Sessão Ordinária, mas, devo dizer que nós temos algumas resoluções. A LDO ainda está nos seus ajustes finais, Vossa Excelência sabe muito bem que, quando Presidente, nós quase nunca votamos a LDO no prazo, foram somente algumas vezes que a votamos no prazo, e Vossa Excelência sabe muito bem disso, mas isso não significa que não estamos habilitados para votar.

Contudo, que quero aqui dizer, Deputado **Joaquim**, que Vossa Excelência realmente está no seu direito, bem como o Deputado **Mecias**, como qualquer outro Deputado, de pedir que a LDO seja votada hoje, mas ela vai para a pauta no momento certo. Se não votarmos a LDO hoje, é porque ainda estamos com alguns critérios que estão dentro da Mesa que precisamos votar. Não por entrada de projetos de governo que chegaram agora ou que cheguem depois, que vamos deixar de votar a LDO, os projetos do governo não são mais importantes do que a nossa LDO. Quero deixar claro que estive na reunião, mas que não ficou definido que nós votaríamos a LDO hoje, o que ficou definido é que as emendas referentes a comissão seriam apresentadas e que haveria consenso, isso foi uma posição que ficou firmada, tanto pela situação como pela oposição. Sobre as emendas que nós estávamos discutindo com relação à LDO, a princípio formou-se um consenso entre os Deputados.

Eram essas as minhas colocações. Quero dizer que Vossa Excelência não está impondo, está sugerindo que a gente obedeça ao Regimento da Assembleia, entretanto, o regimento não está sendo quebrado. Quanto às viagens dos Deputados Estaduais para interior, um dia a mais, um a menos, não vai prejudicar a vida Parlamentar dos Senhores. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Deputado **Joaquim Ruiz**, parabéns Vossa Excelência pelas colocações e acredito que os Deputados de situação não devam ficar chateados com o Governador, porque ele não está ligando não. Ele não está ligando para 480 mil habitantes do Estado de Roraima, porque estaria ligado só para um ser? O que acontece é o seguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votada hoje. Hoje é o último dia do mês e ficaram acordado, as emendas foram feitas e aprovadas, houve consenso e devem ser votados hoje.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu entendo perfeitamente o posicionamento de Vossa Excelência. Hoje é 30 de junho, o dia em que, regimentalmente, a Assembleia deveria entrar de recesso, e eu tenho certeza que os Deputados que aqui estão, têm um único interesse, defender o Poder Legislativo. Isso nós já fizemos na LDO, com as emendas que vieram e que poderiam parecer contrárias à Assembleia. Eu quero dizer que votei favorável às emendas e contra o texto, porque acho que o Poder Legislativo tem que ser preservado, temos uma posição. Às vezes, eu me preocupo com a platéia, eles chegam ao gabinete da gente e dizem: vocês fazem o que o Governo quer porque ele paga vocês. Eu queria dizer que não é isso, aqui não tem ninguém esperando o Governo dar a ordem, pelo menos para mim, e eu tenho certeza que para meus colegas também não. Temos que ter posição de grupo tem que sentar e ver as matérias de interesse nosso que tem que ser aprovadas antes da LDO e depois aprová-la.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** - Parabéns Deputado pela sua atitude de ir a Tribuna exigir que a LDO seja votada hoje, porque já foi matéria de discussão. Eu falei com o Relator, o projeto já está pronto para ser votado, não há mais o que esperar, todos os Deputados querem, nós podemos votar a LDO hoje e se o Governador entender que precisa de alguma matéria emergencial, que ele convoque esse Poder de forma extraordinária.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** - Infelizmente, no Brasil, os orçamentos públicos não são tão levados a sério, talvez pelo fato do orçamento ser uma mera peça autorizativa e não impositiva. Na verdade, naquele documento estão concentradas todas as ações que o governo deva fazer, é um dos documentos mais importantes que a gente aprova aqui, é o dinheiro que está saindo do bolso do cidadão todos os dias, que vai para os cofres públicos. Então, é um assunto da mais alta relevância. Eu entendo que os prazos devam ser cumpridos, a lei não criou prazo para o orçamento apenas para que

pudesse constar uma data, esse prazo tem sim que ser obedecido e eu me junto a todos aqueles que se manifestaram para que a LDO seja votada hoje, independente se teremos Sessão na semana que vem ou em todo o mês de julho, isso não é importante, podemos sim trabalhar durante todo o mês. É importante começarmos a discutir a LDO para que seja aprovada o quanto antes.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Em nenhum momento eu vim a Tribuna tentar polemizar, pelo contrário, todas as informações que eu recebi do Relator, do Presidente da Comissão, é que já estava tudo acertado, houve o consenso, foi amplamente discutido, a oposição não está fazendo nenhuma restrição.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Primeiro, gostaria de parabenizá-lo, por cobrar que seja colocada na Ordem do Dia a LDO que já foi discutida amplamente pela oposição e situação. Os Deputados **Célio e Marcelo** estão de parabéns, pois oportunizaram vimos aqui na segunda-feira, à tarde para discutirmos. Todos os Deputados tiveram acesso a LDO com antecedência, a Secretaria de Planejamento da Casa assessorou brilhantemente todos os Deputados que tinham dúvidas e não há motivo para não votarmos a LDO. O que não podemos permitir é que o Executivo dite o ritmo de trabalho desta Casa, pois é isso que parece que está acontecendo. Acabou de ser lido a alteração da Lei 166 que cria o cargo de agente penitenciário, o Governo do Estado teve um prazo enorme para mandar para esta Casa a alteração dessa lei e, ele tem a capacidade de colocar a frente até o lançamento de um edital criando o concurso para agente penitenciário, sendo que este cargo não está regulamentado, a lei que veio para cá, a 166, hoje vem justamente criar o cargo. Na lei consta agente penitenciário da Polícia Civil e não agente penitenciário da SEJUC. O Governo manda para esta Casa a correção da Lei, mas já anuncia nos quatro cantos do Estado que vai lançar o edital amanhã. É uma forma de percebermos o quanto o Governo não está preocupado com o prazo, com o andamento das questões. Ele quer fazer a toque de caixa e nós não podemos permitir, vamos fazer a nossa parte que é aprovar a LDO, se o governo quiser aprovar algum projeto relevante, que ele convoque a Assembléia extraordinariamente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua - Senhores Deputados, nós precisamos verificar o que diz o Regimento Interno da Casa quanto ao problema da urgência. Quando é solicitado pelo Governador, a Casa tem 45 dias para se manifestar e aí providências serão tomadas em nível de Plenário. Se isso não ocorrer, a comissão tem 10 dias para emitir o parecer. Como disse o Deputado **Mecias**, eu não estou contra ninguém, estou pedindo que se respeite a Lei. Não estou dizendo que o Presidente da Casa está faltando com respeito, longe disso, estou colocando a minha preocupação, que a coisa ande normalmente dentro do que está no Regimento da Casa, no artigo 264 que especifica o prazo mesmo em caráter de urgência, o prazo que a comissão tem para aprovar ou não as matérias que vêm com urgência do Executivo para o Legislativo. Tão logo a gente volte do recesso, a Comissão de Educação vai convocar a Secretária de Educação e a Presidente do Instituto de Desportos de Roraima, porque é inconcebível o que vem ocorrendo no nosso Estado em relação aos nossos atletas menores de idade que vão aos semáforos pedir apoio da população para que possam ir representar o Estado nos campeonatos nacionais. Nós temos, nos nossos gabinetes, ofícios pedindo passagem, apoio financeiro para que eles possam divulgar o nosso Estado. Esporte é prioridade, é saúde, educação. Se não podemos colocar o estágio remunerado, que o transformem em bolsa esporte, atleta, pois não há nada mais importante do que o esporte para divulgar um país, um Estado. Olhem o exemplo da nossa seleção de vôlei masculina, feminina. Há uma semana eu vi um atleta nosso ficando em terceiro lugar, apesar de todas as dificuldades. Aqui há um pai de um sportista apresentando todas as medalhas, isso corrobora o que estou falando, pois não sabia que estaria presente aqui em nossa Sessão alguém da área do esporte. É inadmissível em um Estado como o nosso olharmos os nossos atletas, os nossos jovens saírem com faixas nos semáforos da nossa cidade pedindo apoio, fazendo bingo, feijoada para arrecadar recursos para representar com orgulho o nosso Estado. Vou pedir apoio dos Deputados quando convocarmos a Secretária de Educação, e Presidente de Desportos de Roraima para que se esclareça a situação, e vamos, também, verificar o orçamento que virá este ano. Que sejam alocados recursos fixos no orçamento para o próximo exercício para que nossos atletas não fiquem com pires na mão pedindo recursos. Eu assumo esse compromisso, vou pegar a assinatura de vários colegas para que a gente coloque no orçamento de 2012 recursos para que nossos atletas possam representar o nosso Estado recebendo passagem do Governo do Estado, visto que isto é de

sua competência. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu gostaria de dizer aos Senhores Deputados que o compromisso do Deputado é com o povo e não em tirar férias. A maior desculpa que teve aqui é: eu já estou com viagem marcada, com passagem marcada. Eu queria lembrar que o Estado está num estado de calamidade pública. Nós estamos terminando de atravessar uma crise seriíssima. Ontem eu andei mais de 300 quilômetros nas estradas do interior e era um buraco só, atolei mais de três vezes e estava em uma caminhonete traçada, e olha que eu sou jipeiro e sei passar nesses buracos. Queria chamar a atenção de Vossas Excelências, pois o nosso compromisso é com o povo de Roraima, não é com férias, em Natal, no Rio de Janeiro. Nós vamos votar a LDO na terça-feira. A Deputada **Aurelina** ficou mais de 60 dias fazendo um trabalho para fazer uma série de modificações na Assembléia, os Senhores sabem disso, que precisa ser votada uma série de resoluções. Se votarmos a LDO hoje, na terça-feira não haverá quorum para votar absolutamente nada, porque os Senhores Deputados, ou melhor, dizendo, a grande maioria tem passagem marcada para viajar. Eu estou aqui há 20 anos e nunca vi esta Casa de joelhos, nunca vi o Governador ditar as normas e não vai ser na minha presidência que o Governador vai mandar não.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, distinto público, amigos que nos ouvem através da rádio comunitária Anauá de Rorainópolis, servidores desta Casa. O que me trás hoje a usar a palavra nesta Tribuna é um misto de alegria e de tristeza. Hoje tive notícias de que efetivamente no dia primeiro o governo do Estado deverá lançar o edital para o Concurso de Agente Penitenciário, carreira criada no ano passado e que vai atender a necessidade do sistema prisional do nosso Estado. Eu digo alegria, porque tive a oportunidade há 30 dias, quando foi deflagrada a greve dos agentes penitenciários, eu juntamente com o Deputado **Jean**, Presidente da Comissão de Segurança e Serviço Público desta Casa, e o Deputado **Sampaio**, nos emanarmos, independente de posições políticas, buscamos soluções para essa categoria, para um serviço que demanda grande preocupação da sociedade roraimese que é o sistema prisional. Se o sistema prisional funcionar, haverá mais tranquilidade nas ruas, mas, com este só temos no presente momento uma grande preocupação. E com a deflagração da greve, nós vimos aumentar de forma considerável o número de índices de violências, furtos, roubos, principalmente na nossa capital e nós, como membros da Comissão de Segurança, não tínhamos alternativa, senão buscarmos, como de fato buscamos, o entendimento com o Governo do Estado e a categoria, em reunião realizada na Casa Civil onde ficou acertado, dentre outras medidas, que o governo se comprometia até o dia 01 de julho a lançar o edital para o concurso que ofertará 300 vagas para agentes penitenciários. Hoje, nós tivemos conhecimento através de matéria veiculada na imprensa de uma entrevista concedida pelo Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, informando que o edital será lançado conforme acordo firmado com a categoria. Então, fico muito feliz pela postura da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Administração desta Casa por ter firmado esse compromisso, ter buscado esse entendimento. Esse é o motivo da minha alegria, como falei no início do meu discurso. Mas, como eu disse que era um misto de alegria e de tristeza, também pelas notícias que eu obtive através da imprensa, quando li, ontem, a matéria do pedido de exoneração formulado pelo Diretor do Centro Sócio Educativo deste Estado, Coronel **Wilson**, em razão da falta de apoio que ele tem recebido à frente daquela instituição. Hoje, ao ler novamente o Jornal Diário, verifiquei que, além disso, houve um outro problema que fez com que o Coronel **Wilson** entregasse o cargo, a forma e o tratamento dispensado a ele pela titular da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. Eu ocupo essa tribuna, hoje, com muita tristeza também, porque, após ler a matéria, fiz uns contatos, e nós temos muitos, com o Governo do Estado, e nos foi confirmado que, realmente, o Coronel foi tratado com desrespeito e deselegância, tratamento que não se dispensa a nenhuma pessoa, muito menos a uma pessoa como o Coronel **Wilson**. Ele é uma pessoa que está a 35 anos neste Estado. 35 anos, Deputado **Joaquim Ruiz**, de vida pública. Ele chegou aqui como Coronel do Exército, no 6º Batalhão, tem quase 30 anos de serviço na Polícia Militar, foi Comandante Geral, entrou como Tenente e saiu como Coronel de cabeça erguida pelos inúmeros serviços prestados neste Estado, passou mais de dois anos à frente do Comando da Instituição, pessoa séria, honesta, respeitado pelo mais baixo ao mais alto posto daqueles que integram a Polícia Militar, homem de grandes serviços prestados também na maçonaria deste Estado. No seu comando

a frente da Polícia Militar foi implantada a Força Tática neste Estado, a Maçonaria e o PROERDE que já levou ensinamentos há mais de 40 mil crianças. Então, jamais uma pessoa poderia ter tido um tratamento como o que foi dado a ele aos gritos, de forma desleal pelo telefone, por uma questão administrativa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado, eu conheço o perfil do Coronel Wilson. Eu tive a honra de vender os primeiros carros de bombeiros quando ainda estava se instalando o Corpo de Bombeiros aqui. Conheço o Coronel **Wilson** há mais de trinta anos. E, se era uma das coisas que estava funcionando bem aqui nesse Estado era o órgão que ele estava administrando, o Centro Sócio-Educativo, tanto é que não existe nenhuma matéria criticando o trabalho que estava sendo desenvolvido naquele centro. Então, a Secretária agiu de forma equivocada tratando uma autoridade como ele daquela forma. A Secretária também nos trata de uma forma equivocada. Por isso, quero me solidarizar com o seu discurso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Primeiro eu louvo a postura de Vossa Excelência, Deputado **Chagas**, que é Deputado de primeiro mandato e vem mantendo uma postura louvável. É uma pessoa que procura pautar a sua conduta na mais alta responsabilidade. Então, orgulho-me de estar aqui do seu lado nesta legislatura.

Fico feliz, também, pelo fato de hoje, nós termos a consciência de que concurso público é coisa boa, é louvável e que concede aqueles que se esforçaram a oportunidade de triunfar, de vender. E, recentemente, aprovamos, aqui, um Projeto do DETRAN cujo concurso está judicializado para que os concursados, mesmo que temporariamente, fossem chamados na ordem de aprovação.

Ontem, da mesma forma, fizemos aqui de igual modo com a Secretaria de Saúde também, para que chame os concursados remanescentes de 2007 e as vagas restantes sejam preenchidas através de processo seletivo com durabilidade de um ano, sendo que durante um ano, o Estado fica obrigado a fazer concurso público. E, agora, vem mais um concurso público para o sistema prisional do nosso Estado. Então, aquela expressão que parecia ser muito feia, “concurso público”, hoje já é bem recebida pelos nossos ouvidos.

Temos que reconhecer a capacidade do Coronel Wilson, pois posso dizer que desde a época em que eu estava à frente do Governo, ele estava à frente do CSE que sempre funcionou bem, lá nunca houve rebelião. No período em que tiraram o Coronel Wilson, o Centro Sócio Educativo virou de cabeça para baixo. Depois, colocaram novamente o Coronel Wilson para administrar o CSE e, como disse o Deputado **Joaquim Ruiz**, nós a partir daí, tivemos paz e nunca mais tivemos notícias ruins sobre o Centro. Ele tem a capacidade de liderar, controlar aquela juventude que lá está e que é inquieta. Nós lamentamos quando vemos uma pessoa como a Secretária porque nós recebemos informação de colegas Parlamentares de que ela trata mal, de que ela desconhece as pessoas. Recebemos informação de populares de que quando têm a oportunidade de se dirigirem a ela, sempre recebe uma resposta ríspida, desleal e, o Coronel **Wilson** que está servindo a pasta com competência e dedicação, é também destrutado e desrespeitado por telefone. Então, nós lamentamos que essa Senhora que está lá há alguns meses não saiba ser Secretária ou não queira ser Secretária. Eu não sei o que acontece, porque ela exerce essa função numa pasta tão importante que está aberta para atender as pessoas humildes, para receber os reclames da população. Eu já cobrei aqui algumas vezes dos Deputados, da bancada governista quais os critérios que estão sendo adotados no cadastramento do vale-alimentação, porque até o presente momento ninguém sabe. Parece-me que ela é uma verdadeira princesa, vive no palácio rodeada dos seus súditos e não respeita uma autoridade e nem a sociedade. Portanto, eu louvo o substancial pronunciamento de Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo vosso discurso e dizer que conhecemos o Coronel **Wilson** há quase vinte anos. Vossa Excelência esqueceu de dizer que ele já foi Comandante do Corpo de Bombeiros e no comando da Polícia Militar fez um excelente trabalho. O Coronel **Wilson**, na sua vida pública, tem demonstrado que por onde passa tem feito a diferença e, há mais de seis anos ele está à frente do CSE, Centro que era uma problemática para o Estado, com rebeliões, fugas e brigas, e o Coronel **Wilson**, durante esse período, conseguiu suprir as necessidades do CSE e amenizar os problemas, lá mesmo ele os resolve. Essa interação lhe é peculiar, da mesma forma não podemos nos referir a respeito da Secretaria.

Há poucos dias eu estava no corpo de bombeiros e ela chegou com uma pompa até mais brilhante do que a Primeira Dama, e lá mesmo

arranjou confusão com Bombeiros, discuti com o Comandante. Logo, por onde ela passa acha que esse cargo, como falou o Deputado **Flamarion**, é de uma princesa. Os próprios funcionários da SETRABES têm reclamado disso, da forma como ela trata os funcionários e os usuários dos serviços daquela pasta. As reclamações são inúmeras. Eu não sei o que há na cadeira do SETRABES, porque a antiga Adjunta que, na verdade, era a **Fátima Leite**, era outra sobre a qual pairavam muitas denúncias.

Então, quando se fala em licitação, o marido dessa Senhora é só sorrisos, izzo com dois ZZ. Muito obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que está sendo muito feliz e justo, até com a sua história, com a Polícia Militar, pelo trabalho que ficou marcado pelo Coronel **Wilson**. Ano passado eu estive no Centro Sócio Educativo, fui conhecer um pouco o seu trabalho, e ali eu vi o respeito, a credibilidade e a audácia que o Coronel **Wilson** tem de, com os poucos recursos, realizar um trabalho de qualidade. Ele tem prestado um trabalho brilhante naquela instituição. Eu quero, também, me unir a Vossa Excelência e repudiar qualquer ato que tenha sido feito em relação ao nome do Coronel **Wilson**, e sugeriria a Vossa Excelência que fizesse uma Moção de Repúdio contra a demissão do Coronel, porque gostaria de assiná-la, pois entendo que não se pode ser injusto com as pessoas justas, e o Coronel **Wilson** faz o seu trabalho com extrema dignidade e zelo pelo patrimônio público, coisa que poucas pessoas têm. Então, quero dizer a Vossa Excelência que quando eu estive no Centro Sócio Educativo, vi o Coronel **Wilson** fazer apelos em cima das necessidades dos detentos e dos funcionários e, acima de tudo, do respeito que ele conquistou ao longo dos anos com aquelas pessoas, dos pedidos feitos por ele, todos em favor do Centro Sócio Educativo. Ele não age em benefício próprio e, ainda na semana passada, esteve comigo e levantou algumas situações que até hoje não foram sanadas. Portanto, isso é sem dúvida algum zelo pela profissão. Por esse motivo que eu quero me unir a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Acolho a Vossa sugestão de movermos uma Ação de Repúdio contra a retirada dele daquele órgão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Desde a minha adolescência eu lembro que ele já era Comandante em Caracará, assim como Vossa Excelência também foi. Era Tenente ainda, depois eu conheci o Capitão **Wilson**, após, depois o Coronel **Wilson** e por último, o Comandante e, durante todo esse tempo, nunca vi nada que desabonasse a sua conduta, só há comentários de louvor e elogios por onde quer que ele passe. Ficou em Caracará ao longo de dez anos e lá prestou um brilhante serviço à Polícia Militar e à comunidade. Acho injusto qualquer tipo de acusação de maus tratos praticado por ele a um cidadão. São poucas as pessoas neste Estado que têm uma folha de serviço prestado como a do Coronel **Wilson**, por isso, fica aqui a nossa indignação. Eu não sei o que aconteceu, mas fica aqui a nossa indignação com a forma como foi tratado o Coronel **Wilson**.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – A história do Coronel **Wilson** e a folha de serviço prestado...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – A Vossa Excelência, profundo conhecedor da Polícia Militar, da segurança pública do Estado, homem que tem despontado nesta Casa com verdadeiro equilíbrio de um Parlamentar, com senso de justiça, homem de bem deste Estado, eu não poderia deixar me juntar neste ato justo ao Coronel **Wilson**. O Passado do Coronel **Wilson**, o pai, o homem, o policial militar fala por si só. Ele é um homem decente, probo, sério, um homem de bem, e realizava um trabalho no Centro Sócio Educativo com o maior carinho e esmero, usando, muitas vezes, os seus próprios recursos, não podia se manifestar, tirava o seu tempo de lazer para trabalhar e usavam os seus poucos recursos em favor das pessoas daquele Centro, e recebeu como pagamento isso.

Outro homem de bem, também Coronel do Corpo de Bombeiros, não foi tornado público, mas fiquei sabendo que o Coronel **Paulo Sérgio** foi humilhado pelo Senhor Governador no período da enchente, inclusive, sendo ameaçado de ser preso. O Governador teria dito que não queria ouvir as explicações dele, e o Coronel **Paulo Sérgio** teria dito que viria embora para Boa Vista, e ele disse: “se você for eu mando lhe prender,” ou seja, é um desrespeito muito grande com um pai de família, com um homem de bem. Também conhecemos o Coronel **Paulo Sérgio**, ele foi chefe da Casa Militar na Assembleia Legislativa, um homem probo, decente, e eu não sei se esse fato é verdadeiro, mas a cidade de Caracará comenta isso, e muita gente no Corpo de Bombeiros também. Porém, se for verdade, foi uma injustiça muito grande com o Coronel **Paulo Sérgio** enquanto outros andam

por aí a mil maravilhas por serem truculentos, ameaçadores, boicotadores, porque fazem escutas clandestinas em benefícios de outros, tendo o apoio do Governo, inclusive para passear de moto e deixá-la onde quiser para que o Governo mande um carro ir buscá-la. Isso é um absurdo, todo mundo sabe desse fato que foi noticiado nos jornais, pois a imprensa flagrou a moto do Coronel **Prola** em cima de um carro do Governo vindo do Estado do Amazonas. Enquanto uns que trabalham tanto são perseguidos, outros apenas pelo seu jeito truculento e ameaçador, são beneficiados. Parabéns a Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Parabéns Deputado pela iniciativa, concordo com Vossa Excelência. Quero parabenizar não somente a Vossa Excelência, como também, o Deputado **Jean** pela forma com que estão acompanhando de perto o cumprimento, por parte do Governo, de lançar o edital para o preenchimento das vagas de Agente Penitenciário. Acompanhamos as negociações entre os policiais civis. O sistema Penitenciário continua abandonado, precisando de efetivo, mas é louvável a iniciativa, o cumprimento por parte do Governo de lançar o edital no prazo acordado. Agora, preocupa-me, que o próprio Governo está mandando para esta Casa um projeto que altera a Lei nº166. Então, não sei como será feito o lançamento do edital antes dessa alteração, inclusive, aqui prevê, de acordo com a necessidade da SEJUC, o preenchimento das vagas, onde 30% seremos ocupadas por mulheres e 70% por homem. No entanto, para isso estar no edital, tem que estar amparado na lei e esse projeto ainda não foi votado, está tramitando, ou seja, se esse edital for lançado amanhã, estará contra a lei. Então, quero solicitar ao líder do Governo que adiasse o lançamento desse edital para que possamos aprovar essa alteração na lei. Inclusive, temos a idéia de fazermos uma Emenda apresentando provas de títulos neste certame. Não é justo o próprio Estado investir quatro, cinco anos em um Bacharel em Segurança Pública, pessoas qualificadas, e quando chega à hora de um concurso público, profissionais como esses não serem contemplados. Para que o Estado criou o curso de Bacharel em Segurança Pública? Então, queria conchamar ao líder do Governo para que converse com o Governador pedindo o adiamento do lançamento do edital. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor Deputado, quero ser solidário ao seu discurso e dizer que Vossa Excelência está de parabéns por trazer esse tema para discussão aqui em Plenário. O Coronel **Wilson** é uma pessoa que tem o seu passado no Estado de Roraima, possui caráter ilibado, pois em todos os cargos que ocupou, os exerceu com a mais alta dignidade do cidadão. Essa Senhora que talvez queira atrapalhar o trabalho dele, acho que está equivocada, visto que ele tem que cuidar dos programas sociais que ela não está cuidando, pois o Governo diz que não paga o Vale-Alimentação porque não foi feito o recadastramento, mas é dever fazê-lo e passar ao Governador. Acho que o Governador, ao dar muito poder a um determinado cidadão, tem que fazê-lo entender que ele não é Governador, mas está Governador. Contudo, essa oportunidade não lhe dá o direito de prejudicar o povo e o Coronel **Wilson** que é um símbolo de dignidade, de determinação. Como prova disso, ele está em um dos cargos mais cruéis no Estado de Roraima, que é cuidar de menores infratores, e lá ele não tem problema em coordenar esses menores. Acredito que a Assembleia Legislativa tem que fazer uma Moção de Apoio a ele, dando-lhe a oportunidade de fazer aquilo que lhe foi determinado, que é de cuidar do Estado, do povo. Então, era isso que eu queria acrescentar em seu pronunciamento e muito obrigado pelo aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Deputado Coronel **Chagas**, como parte da base aliada, gostaria de fazer algumas observações. Passamos umas recomendações para o Governador para que seja reconsiderada a retirada do Coronel **Wilson**, pois como o Deputado **Sampaio** falou, eu também conheço o CSE antes e depois da sua administração e, há um diferencial muito grande. Sei que ninguém é insubstituível, mas, já tentaram substituí-lo por várias vezes sem sucesso, pois ele presta um serviço de qualidade e eficiência para o Estado. E, nós pedimos ao Governador que ele continue a frente do CSE com o nosso apoio para que possa dar continuidade ao seu trabalho.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua - Muito obrigado ao Deputado **Chicão** e a todos os Deputados que me apartearam, pois isso demonstra bem a folha de serviços prestados pelo Coronel **Wilson** nesse Estado. Queremos Senhora Presidente, finalizar manifestando, mais uma vez, a nossa indignação e pedindo para que pessoas que assumam cargos públicos como titular de uma secretaria, seja uma pessoa que tenha serenidade no trato com as coisas, no trato com as pessoas. Isso está dentro da gestão de recursos humanos, saber como melhor empregar os seus servidores e conseguir

extrair o melhor de cada um deles para que determinada pasta cumpra a sua missão constitucional e preste, cada vez mais, um melhor serviço à sociedade roraimense, o que não observamos nesse episódio. Então, foi com profunda tristeza que trouxemos este fato lamentável a tribuna hoje. E, vamos como sugeriu o Deputado **Jalser**, pugnar por uma Moção de Repúdio pelos atos praticados, que culminaram com o pedido de afastamento do Coronel **Wilson**, assim como, também, levar este ato ao chefe do Executivo para que pondere bem quem realmente precisa sair do cargo que ocupa. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Não havendo mais oradores inscritos, passaremos para a Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 010/11, que “Denomina a Escolegis como Escola do Legislativo **Luiz Afonso Faccio**”, de autoria da Deputada **Ângela Águida Portella**.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução nº 010/11, bem como do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado **Jalser Renier** – Lido o Projeto de Resolução nº 010/11, bem como o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Ângela Águida Portella** – Senhor Presidente, nobres colegas, eu gostaria, mais uma vez, de falar da importância dessa personalidade que engrandeceu este Estado. E, essa homenagem é justa não só por ele ter sido uma pessoa que se dedicou ao nosso Estado e ter sido Deputado Constituinte, mas, por ter deixado um legado na área de educação, pois o Deputado **Luiz Afonso Faccio** era um filósofo, foi professor. Então, nós achamos justa esta homenagem. E, peço o apoio dos demais colegas para a aprovação dessa matéria.

O Senhor deputado **Coronel Chagas** - Senhora Presidente, quero apenas louvar a iniciativa da Deputada **Ângela Águida Portella** que, através de seus projetos, tem sempre sido justa, ponderada, agindo com justiça e serenidade. Essa proposição está fazendo justiça a um Deputado Estadual Constituinte que, além de ser um empresário, contribuiu para ao crescimento econômico deste Estado. E, na parte cultural, foi fundador e diversas vezes patrão do Centro de Tradições Gaúcha Nova Querência. Deixou a sua passagem pelo Estado de Roraima marcada de forma indelével. Portanto, nada mais justo do que esta homenagem, motivo pelo qual vamos votar sim.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Eu quero me associar a proposição da Deputada **Ângela**, procurando evidenciar dentre outras qualidades do ex-deputado Constituinte **Luiz Faccio**, aquela que ao meu entender deixou uma marca indelével neste Estado, pois foi um dos pioneiros da agricultura, um empreendedor que contribuiu para dar um exemplo e, apesar da má vontade das autoridades federais, conseguiu demonstrar junto com outros bravos companheiros que Roraima é produtiva, pois, aqui produzimos um dos melhores arroz do país. Além das suas qualidades como homem público, pai de família, educador, sobretudo, foi um homem que soube conviver bem com os roraimenses sem nunca relegar o seu torrão natal o Rio Grande do Sul. Então, acho mais do que justo prestarmos esta homenagem a ele.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Eu também, da mesma forma que fizeram os demais, quero louvar a iniciativa da Deputada **Ângela**, pois é uma iniciativa justa e muito oportuna. Tivemos a oportunidade de apreciar o projeto na CCJ onde houve unanimidade na aprovação dessa matéria. E, houve uma unanimidade até com comoção porque todos os Deputados entendem a importância do nome do Senhor **Luiz Faccio** para o Estado, visto que foi um empreendedor que deixou uma lição de vida tremenda e constituiu uma bela família. E, nada mais justo do que esta bela homenagem a ele.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Eu também me solidarizo a idéia da Deputada **Ângela Portella**. Convivi com o Deputado **Faccio** durante os quatro anos em que ele foi Deputado, sempre foi atuante, preocupado com os problemas do nosso Estado, com o social, com a produção e do desenvolvimento de Roraima. Mas, quero aqui lembrar que não podemos esquecer de outros companheiros como o ex-Deputado **Pedro Estevam** e a ex-Deputada **Noêmia Bastos**, que tem o Plenário com o seu nome. Gostaria que nos uníssemos para homenagearmos um colega que passou por aqui e foi esquecido pela maioria dos Deputados, um grande profissional que morreu trabalhando pelo nosso Estado.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** – Eu agradeço sua contribuição e resalto que o Senhor **Pedro Estevam** morreu no

exercício da sua profissão. Ele era um grande pesquisador além de um Parlamentar atuante.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Eu também quero me juntar a Vossa Excelência na homenagem prestada ao Deputado **Faccio**, uma pessoa que tinha um ideal de vida e lutava por ele tanto nesta Casa como fora. Parabéns pelo Projeto Deputada.

Quero dizer aos familiares do Deputado **Faccio**, que para nós é uma das maiores homenagens para uma pessoa que nos foi muito cara.

Coloco-o em votação. A votação será eletrônica. Os Deputados que foram favoráveis votem “sim”, os contrários votem “não”.

Solicito a abertura do painel para a votação.

A votação está encerrada.

Dou por aprovado com 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

A Escola do Legislativo passará a se chamar Escola do Legislativo Deputado **Luiz Afonso Faccio**.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento número 035/11, que convoca o Secretário Chefe da Casa Militar do Governo do Estado, Coronel da Polícia Militar **Edilson Prola**,

O Senhor Deputado Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) Lido o Requerimento.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em votação o Requerimento. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

O Deputado **Ionilson Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, na Sessão passada nós fizemos um Requerimento com a assinatura de vários Deputados sob a situação da CAER devido aquela ordem bancária que foi paga pelo Presidente, pedindo que ele nós mandasse cópia do processo de indenização que ele disse que tinha direito, e que não foi submetido ao Plenário. Solicito que a Senhora o coloque agora para que o Plenário possa se manifestar.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Deputado, esse Requerimento já foi votado. Encontra-se na Moção de Repúdio assinada por vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura de Moção de Repúdio.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lida Moção de Repúdio.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Em discussão a Moção de Repúdio. Não havendo quem queira discutí-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem com a Moção permaneçam como estão.

Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes a Moção de Repúdio.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhora Presidente, recebi agora a pouco, e como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, gostaria de dar ciência aos demais membros, um ofício dos moradores do Bairro Equatorial, requerendo providências desta comissão no sentido de intermediar uma negociação e garantir seus direitos junto à Eletrobrás que está cobrando valores absurdos daqueles moradores, os quais têm renda baixa e muitos nem contador de energia têm na casa. Quero dar

ciência aos membros da Comissão e após o recesso, convocar uma reunião para discutirmos de que forma podemos colaborar com essas pessoas. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nenhum um Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 05, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 05/07/11

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de 2011, às doze horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, nº 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência do Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros Deputados, Ionilson Sampaio e Gabriel Picanço. Ausentes os senhores Deputados Remídio Monai e Célio Wanderley, com ausência justificada. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, foi dispensada a leitura da Ata, colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros desta Comissão. **EXPEDIENTE:** Não Houve. **ORDEM DO DIA: 01) Projeto de Lei n.º 005/11**, de autoria do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, que “Institui, no Estado de Roraima, o Dia do Agente Comunitário de Saúde”. Relator Deputado Célio Wanderley, Parecer Favorável. Prosseguindo o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Gabriel Picanço proceder à leitura do relatório, emitido pelo Senhor Deputado Célio Wanderley, que por motivo de outro compromisso encontrava-se ausente da Reunião. Feita a Leitura, o Senhor Presidente colocou-o em discussão. Discutiu a matéria o Senhor Deputado Ionilson Sampaio, o parecer foi colocado em votação, sendo aprovado pelos membros presentes na reunião. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às treze horas e, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Joaquim Ruiz

Presidente da Comissão

Aprovada em: 09/08/11





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

